

## A Pregação em Portugal na Idade Média. Alguns aspectos.\*

### 1 - Introdução

Abordar o tema da pregação em Portugal na Idade Média implica evocar uma realidade teológica e pastoral, que, não obstante as suas origens remontarem ao período vetero-testamentário, em particular na missão dos Profetas, que anunciavam a Palavra de Deus aos seus contemporâneos, atingiu a plenitude da sua essência no Novo Testamento, porque agora – no N.T. – é a mesma Palavra de Deus encarnada em Jesus, isto é, o próprio Cristo, que tem de ser anunciado, assumindo, assim, a pregação uma renovada dimensão apostólica, desde o início da vida da Igreja, abundantemente documentada, de modo particular, nos Evangelhos e nos *Actos do Apóstolos*.

Na verdade, se a Igreja não se pode compreender sem a pregação, que dela deve irradiar, também não se pode esquecer que é pelo anúncio da Boa Nova, essencialmente feito através da pregação, que a Igreja cresce, se consolida e difunde. É por ela que se estabelece e intensifica, na Fé, a relação entre Deus e o homem, como apelo à conversão e meio indispensável da redenção individual e salvação de todos, podendo, mesmo, afirmar-se que o homem é o destinatário da pregação, cuja eficácia deriva directamente de Deus<sup>1</sup>.

Neste processo, não foi necessário esperar muito para que, a par da função de *anunciar* o evento da salvação, surgissem as de *exortar* (*parakalein*) e de *ensinar* (*didaskein*).

Feitas estas breves observações relativas à natureza do conceito e dinâmica da pregação, que urge ter presentes, ao longo desta exposição, apesar

---

\* Conferência proferida na Universidade de Sevilha, a pedido do Prof. Doutor José Sánchez Herrero, em 16 de Maio de 1997, integrada nos tradicionais Cursos da Primavera, por ele organizados.

<sup>1</sup> *Prédication*, in *Dictionnaire de spiritualité et ascétique et mystique*, Paris, 1985, cols. 2052-2061. *Vocabulário de Teologia Bíblica*, dirigido por Léon-Dufour, 4ª. edição, Petrópolis, 1987, cols. 809-813.

de não seguirmos nessa direcção, convém observar que o título em epígrafe pretende levar-nos ao encontro do que foi a realidade parenética em Portugal, durante a Idade Média, tema que não tem sido muito estudado, faltando, por isso, obras de conjunto, que nos permitam elaborar uma síntese clara e segura.

É certo que as atenções se têm concentrado, predominantemente, na sermonária do franciscano S<sup>to</sup> António de Lisboa / Pádua e do dominicano Frei Paio de Coimbra, cujas colecções de sermões são da maior importância, neste domínio, pelo que representam em si mesmas e pelos estudos que têm suscitado, mas não podem ser tomadas como expressão global da pregação realizada em Portugal, na Idade Média.

Nestas circunstâncias, consideramos metodologicamente correcto dividir esta exposição em duas partes bem distintas: a primeira destinada a documentar, da forma mais ampla possível, as manifestações e testemunhos da existência de pregação nas comunidades eclesiais do Portugal medieval, os seus principais agentes, à luz das vicissitudes da história monástico-conventual, em sintonia com o que se verificou noutros pontos da Cristandade, eventuais tensões surgidas entre os agentes da pregação, soluções encontradas, relações entre a pregação e a política, sem esquecermos as guerras ou simples expedições militares, etc. (I); a segunda, essencialmente voltada para a análise dos sermões na sua estrutura, fontes, objectivos, e realidade subsistente – isto é, os textos –, quer tomada como esquema-projecto, quer como sumário-memória, susceptível de exercer uma função doutrinária e pedagógica na preparação de novos agentes da pregação e da oratória religiosa, bem como o aproveitamento que dos mesmos se tem feito para aprofundar o conhecimento do pensamento medieval português, começando a notar-se a tendência para uma leitura dos mesmos, em função de conceitos recentes, nem sempre estranhos a opções políticas, de que certas tendências ecologistas podem servir de exemplo (II).

## 2 - *Manifestações e testemunhos da actividade parenética*

À luz da relação intrínseca da pregação com a Igreja, cuja missão salvadora e santificadora deve servir, como o Concílio Vaticano II, mais uma vez pôs em evidência<sup>2</sup>, é indiscutível que a Igreja em Portugal, durante a Idade Média, exerceu também pelos meios habituais a sua missão de pregar, mas quando se pretende conhecer e tipificar essa actividade, escasseiam os dados disponíveis e depara-se com uma notória falta de informação. E, no entanto, até em documentação régia, de natureza jurídica, como é a carta de couto da cidade

---

<sup>2</sup> *Sacrosanctum Concilium*, cap. II, n.º 6 – «A missão da Igreja tem como fim a salvação dos homens, a alcançar pela fé em Cristo e pela graça. .... Isto realiza-se sobretudo por meio do ministério da palavra e dos sacramentos, especialmente confiado ao clero...» (*Concílio Vaticano II. Constituições-Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, 10<sup>a</sup> edição, Braga, 1987, 242).

de Braga, de 12 de Abril de 1112, há menção da pregação:– «*Scimus enim et per sancte predicatjionis doctrinam bene cognoscimus...*»<sup>3</sup>.

### 2.1. - O testemunho das constituições diocesanas

No entanto, sabe-se que a pregação existia, embora nem sempre rectamente ordenada, a ponto de em diversas constituições sinodais de Braga<sup>4</sup>, Guarda<sup>5</sup> e Lisboa<sup>6</sup> se proibir a pregação abusivamente feita, bastando evocar o elucidativo testemunho das constituições sinodais de Braga, publicadas no sínodo de 1477, reunido por D. Luís Pires, expresso nestes precisos termos:– «*Cousa certa hé que muitos ychacorvos e emganadores andam per este arcebispado pedindo esmollas, mostrando leteras falsas e pregando indulgencias e perdoanças mentirosas que nunca forom ou, se algüuas som, acrecentam nellas muitas falssidades e mentiras e assy enganom os sinplezes e lhes levam e roubam o seu como nom devem sem lhes ficar proveicto alguum pera suas almas*». A solução foi ordenar aos párocos e capelães que não consentissem na publicação de tais documentos nem deixassem pregar nem pedir esmolas a quem não estivesse credenciado pelo prelado diocesano<sup>7</sup>.

### 2.2. - Os sermonários e suas tipologias

Estas *constituições*, explicitam a prática e os nefastos abusos de certa pregação, a que era necessário pôr termo, mas nada adiantam acerca da que não suscitava reparos, mas existia de forma generalizada, como testemunham os sermonários inventariados, alguns dos quais ainda se conservam nas nossas bibliotecas e arquivos, sendo igualmente importante para o melhor conhecimento deste aspecto a notícia da existência de outros, agora perdidos.

---

<sup>3</sup> *Documentos Medievais Portugueses. I. Documentos Régios*, Lisboa, 1958, 40.

<sup>4</sup> *Synodicon hispanum. II. Portugal* – dirigido por Antonio Garcia y Garcia, Madrid, 1982, 41, sínodo de 1326: «*Questorum abusiones et malicias refrenare volentes...*» proíbe as recolhas fraudulentas de tais esmolas nas paróquias e mosteiros, impondo, sob pena de excomunhão, o termo imediato de quaisquer pregações feitas com esses intuitos – «*...a predicatione qualibet abstinendo*».

<sup>5</sup> *Synodicon hispanum. II*, 255. O sínodo de 1500 – «*Porquanto muitos ichacorvos vêm e andam por nosso bispado e trazem letras e indulgências falsas, denunciando-as e pregando-as pelas igreja ou moesteiros e lugares ao povo... defendemos e mandamos a todo los priores e vigarios perpétuos e capelães e pessoas eclesiásticas que não consintam em suas igrejas nem moesteiros e lugares publicar nem pregar algumas letras e indulgências...sem nossa carta de licença ou do nosso vigário geral...*».

<sup>6</sup> *Synodicon hispanum. II*, 326 (sínodo de 1403) repete com idêntica firmeza as mesmas proibições.

<sup>7</sup> *Synodicon hispanum. II*, 113.

Embora sem preocupações de exaustividade, julgamos oportuno deixar alguma informação sobre este aspecto, recolhida nos inventários das livrarias de mão de várias comunidades monásticas e religiosas, nas de instituições diocesanas – parcialmente enriquecidas na segunda metade do século XV com preciosos incunábulo –, e ainda nos testamentos de prelados e capitulares e nos de alguns nobres. Conscientes de que esta metodologia poderia induzir monotonia e algum cansaço, mencionaremos apenas os dados mais significativos, optando também por uma clara dispersão das instituições seleccionadas, com o intuito de acentuar a ideia de que a pregação era uma realidade em todo o reino, embora as fontes de que nos servimos evidenciem essa conclusão mais para a zona centro-norte, mercê do tipo de fontes utilizadas.

Nesta recolha de sermonários e homiliários, considerados como expressão da intensa actividade parenética, começámos pelos mosteiros da Ordem de Cister, dada a abundância de informações sobre sermonários outrora existentes nos *armários* ou bibliotecas destas comunidades e mais tarde reunidos na livraria de mão de Mosteiro de Alcobaça, informações fornecidas pelo *Inventário dos Códices Alcobacenses*, publicado em seis tomos ou fascículos, entre 1930 e 1978, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, onde actualmente se encontram, na sua grande maioria. Nos dois primeiros fascículos deste *Inventário* estão descritos dezassete códices do maior interesse para o tema em estudo, porque ou são exclusivamente preenchidos por sermões ou homilias ou, então, embora em poucos casos, trata-se de códices miscelâneos, que incluem um ou mais sermões, em geral anónimos, havendo, contudo, alguns devidamente identificados, como é o caso dos *Sermões das festas do ano*<sup>8</sup>, de Frei Paio de Coimbra, a que mais à frente nos referiremos com mais pormenor, o mesmo se podendo afirmar dos *Sermões sobre as Domingas do ano*, por Guilherme d’Auvergne, bispo de Paris<sup>9</sup>, ao qual são atribuídos também os *Sermões sobre os Evangelhos das domingos, desde a 1ª do Advento até à 25ª post Pentecosten*<sup>10</sup>, podendo ainda incluir-se no capítulo dos que têm autoria conhecida os *Sermões das domingos e festas do ano, por mestre Guist, seguidos dalguns sermões da Virgem e dos santos e precedidos doutros sermões das domingos e festas, completos ou apenas esboçados*<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> *Inventário dos Códices Alcobacenses*, tomo I, Lisboa, 1930, 15.

<sup>9</sup> *Inventário...*, ed. cit., I, 23.

<sup>10</sup> *Inventário...*, ed. cit., I, 26

<sup>11</sup> *Inventário...*, ed. cit., I, 56.

É certo que aparecem alguns de autoria duvidosa, como é o caso dos *Sermões da domingo e festas do ano por Fr. Lourenço Bacharel, monge de Alcobaça? Precedidos dum sermão contra os hebreus, secundum Ermandum (Hermann, abade de S. Martinho de Tournai?)*<sup>12</sup>, mas em geral são anónimos.

Repare-se que estes títulos são traduções feitas pelos organizadores dos vários tomos – e que também eles ficaram no anonimato – embora a *Introdução* tenha sido subscrita pelo então «Conservador» da referida Biblioteca Nacional.

Estas obras, além de estarem maioritariamente escritas em latim, colocarão numerosos problemas de ordem crítica a quem pretender ocupar-se de alguma delas, aspecto irrelevante, neste momento, para o nosso objectivo, que é registar a abundância de instrumentos ao dispor dos cistercienses que se dedicassem à pregação. Note-se, entretanto, que a inventariação destes códices é feita a partir da sua recolha na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde entraram após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834.

Muito antes, porém, já tinha havido uma concentração dos códices espalhados pelos diversos mosteiros da Ordem, no Mosteiro de Alcobaça, conforme decorre do *Índice alfabético dos nossos escriptores*, elaborado no século XVIII, convindo observar, desde já, que o termo «*escriptores*» é sinónimo de copista ou escriba, embora também aí figurem alguns nomes sobejamente conhecidos como autores, especialmente nos séculos XV e XVI.

Em relação a esta fonte há muitos problemas de ordem crítica a resolver, para os quais se alerta os ouvintes e potenciais leitores, mas, tal como afirmámos a propósito das informações auridas do *Inventário dos Códices Alcobacenses*, também aqui importa, predominantemente, salientar a vasta sermonária copiada e dispersa pelas comunidades cistercienses, de que passamos a apresentar um quadro sinóptico, no qual indicaremos apenas os mosteiros, os nomes dos monges referidos como «*escriptores*» ou copistas e os títulos atribuídos aos diversos volumes, todos eles pergamináceos:

MOSTEIROS	COPISTAS	OBRAS
Alcobaça <sup>13</sup>	Fr. António de Sacavém	<i>Sermones de tempore</i>
»	Fr. Bento de Muge	<i>Sermones dominicarum totius anni</i>

<sup>12</sup> *Inventário...*, ed. cit., I, 57.

<sup>13</sup> As informações relativas a Alcobaça estavam inéditas, no *Índice alfabético dos nossos escriptores*.

»	Fr. Bento de Pataios	<i>Sermones Sancti Augustini et aliorum Patrum</i>
»	Fr. Edmundo de Sanfins	<i>Sermones varii festorum</i>
»	Fr. Faustino de Trancoso	<i>Sermones in festis Christi, Mariae et Sanctorum</i>
»	Fr. Francisco Gonçalves	<i>Sermones de tempore</i>
»	Fr. Gaspar de Ansã	<i>Varii sermones Sanctorum</i>
»	Fr. Gaspar de Tondela	<i>Sermones varii</i> (em código miscelâneo)
»	Fr. Joaquim do Ameal	<i>Sermones dominicarum</i>
»	Fr. Julião de Óbidos	Em letra gótica: <i>As homilias de varios Padres sobre os evangelhos de todos os dias da Quaresma</i>
»	Fr. Leão de Lisboa	<i>Sermones de tempore</i>
»	Fr. Mauro de Peniche	<i>Sermones dominicorum</i>
»	Fr. Nicolau de Leiria	<i>Sermones de tempore et festis Sanctorum</i>
Sta. M <sup>a</sup> de Aguiar <sup>14</sup>	Fr. Jorge de Almeida	<i>Sermones dominicarum</i>
Estrela	Fr. Lucas de Boidobra	<i>Sermones Beatae Mariae aliorumque festivitatum et pro defunctis</i>
»	Fr. Mendo da Covilhã	<i>Sermones de tempore</i>
Lafões	Fr. Geraldo de Aveiro	<i>Sermones Divi Augustini</i>
S. Paulo de Frades	Fr. Gregório de Ansã	<i>Sermones in evangelia totius anni</i>
Tomarães	Fr. Manuel de Punhete	<i>Sermones dominicarum totius anni</i>

Fonte: A.N.T.T., *Índice alfabético dos nossos escritores*.

<sup>14</sup> As informações referentes a estes cinco mosteiros foram publicadas no nosso estudo *Desconhecidas instituições culturais portuguesas. Alguns scriptoria cistercienses*, Braga, 1986, 17 e ss.

A leitura, mesmo superficial, deste quadro obriga a concluir que só ficou notícia de terem sido copiados livros de sermões em seis mosteiros cistercienses, apresentando-se o Mosteiro de Alcobaça com treze códices de sermões, o da Estrela com dois e os outros quatro mosteiros cada um com seu.

Neste conjunto de códices, o predomínio vai para os *sermões dominicais e do tempo*, havendo dois casos em que deparamos com sermões de Nossa Senhora e noutros dois com sermões de Santo Agostinho.

Mas não se pense que esgotamos todas as referências a sermonários existentes no âmbito dos mosteiros cistercienses, pois dispomos de informações concretas sobre o assunto em estudo para mais duas comunidades cistercienses que não constam do quadro acima apresentado. Referimo-nos aos mosteiros de Seiça e de Bouro, de cujas livrarias nos ficaram três inventários do século XV: um de Seiça, datado de 1408, e dois de Santa Maria de Bouro, sendo o primeiro de 1408 e o segundo de 1437. Do seu estudo numa perspectiva cultural já se incumbiu, oportunamente, José Mattoso<sup>15</sup>, mas em ordem a esta exposição importa observar que no inventário de Seiça estão mencionados dois volumes assim intitulados: «*Item huü liuro de homjlias de Sam Gregorio*» e «*Item huü liuro pequeno de homjlias non titolladas*»<sup>16</sup>. Em contrapartida, nos inventários – de Bouro, deparamos com oito volumes de sermões e homílias, quatro no de 1408 e outros tantos no de 1437, cujos títulos transcrevemos em rodapé<sup>17</sup>, convindo observar que os Evangelhos constituem a temática fundamental dos sermões, constando expressamente que aí havia um volume de sermões sobre o mistério da Encarnação e que o facto de nove livros serem mencionados como *velhos*, para além da possibilidade de o termo poder traduzir antiguidade, é susceptível também de significar deterioração causada pelo uso frequente<sup>18</sup>.

Passando para o âmbito das comunidades religiosas, mais voltadas para a pregação, como era o caso do Convento de S. Clemente das Penhas, de Observantes franciscanos, na diocese do Porto, aí se encontravam três inventários, datados e com a identificação dos seus autores, havendo em todos eles notícia de algum sermonário. Assim, no de 1452, elaborado por Frei.

<sup>15</sup> José MATTOSO, *Leituras cistercienses do século XV*, in «*Do Tempo e da História*», Lisboa, V, 1972, 101-141.

<sup>16</sup> José MATTOSO, *Leituras cistercienses...*, ed. cit., 138.

<sup>17</sup> No de 1408: *Item as uidas de todos os sanctos e sermões; Item omelias de Sancto Gregorio sobre os Euangelhos; Item huüs liuros de sermoes; Item huüas omelias sobre os euangelhos*; e no de 1437: «*Item huü liuro de sermoes; Item huü liuro grande de sermões sobre a Encarnaçam; Item outro liuro pequeno de sermoes; Item noue liuros pequenos velhos que fallam de sermoes*» (O.c., 139-141).

<sup>18</sup> Sobre o número destes livros nestes mosteiros, José Mattoso admite que poderiam ter a função de leccionários do ofício divino ou mesmo para os monges fazerem leituras espirituais relacionadas com a preparação das alucções aos fiéis nas festas litúrgicas do ano (citado por Francisco da Gama CAEIRO, *Ensino e pregação no contexto medieval peninsular*, Porto, 1990, 7-8).

Rodrigo de Arruda, está registado «*huum sermonario em latym e linguajem*»<sup>19</sup>, no de 1457, da autoria de Fr. Gil de Guimarães, figura «*huum sermonayro de papel em lingoagem e em latim*»<sup>20</sup>, aparecendo dois no de 1474, de Fr. João da Póvoa: «*Item huum livro d'omelias em purgaminho e tavoas de coyro começase: In illo tempore*» e «*Item huum sermonario em papel que começa: Adam ubi es, bem velho com tavoas de papel*»<sup>21</sup>.

Este género de obras figurava também em livrarias de mão particulares, como acontecia numa doada, na segunda metade do século XV, ao «reitor e irmãos» da *Congregação de S. Salvador de Vilar de Frades*, fundada em 1425, e destinada a proceder à reforma do clero diocesano. No seu inventário, truncado na parte inicial, que tivemos ensejo de publicar em 1988, estão mencionados os seguintes: «*...huum sermonario evangelical em purgaminho que começa: A quatuor ventis*»; «*E huum sermonario santal em purgaminho que começa: Jejunium omnibus indixi*»; «*...tres sermonarios velhos e outro De exemplo dos santos*»; «*E outros de certos Sermões das Epistolas*»<sup>22</sup>.

De acordo com esta linha de pensamento, impõe-se mencionar o *Livro de pregações*, constante do inventário da livraria do rei D. Duarte, e que o Infante D. Fernando no seu testamento, feito em 12 de Agosto de 1437, pouco antes de partir na expedição que se propunha conquistar Tânger, onde ficaria cativo, menciona também dois sermonários: «*Item huum livro de pregações de Frey Vicente per lingoagem*» e «*Item os sermões de Santo Agostinho per latim*»<sup>23</sup>.

Se agora procurarmos inquirir o que se passava no âmbito das instituições diocesanas quanto a esta matéria, facilmente poderemos comprovar que bispos e cabidos tinham ao seu dispor sermonários que lhes permitiam responder às solicitações pastorais mais imediatas.

Começaremos esta breve indagação pelo Porto, para salientar a verba testamentária pela qual o bispo D. Vasco, em 1331, deixou ao Cabido **cinco** livros de sermões, que descreve parcialmente sob o ponto de vista codicológico, ao indicar a estrutura e o número dos cadernos que integravam cada livro e as

<sup>19</sup> José Adriano de Freitas CARVALHO, *Nobres leteras... Fermosos volumes... Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal. Os traços de união das reformas peninsulares*, 2ª ed., Porto, 1995, 103.

<sup>20</sup> J. A. de Freitas CARVALHO, *Nobres Leteras... Fermosos volumes...*, ed. cit., 106.

<sup>21</sup> J. A. de Freitas CARVALHO, *Nobres Leteras... Fermosos volumes...*, ed. cit., 110.

<sup>22</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988, 879-880.

<sup>23</sup> P<sup>e</sup>. Avelino de Jesus da COSTA, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas. vol. I. Estampas*, 5ª ed., Coimbra, 1990, 112.

primeiras e últimas palavras de cada caderno, como meio de assegurar o controlo da sequência do texto<sup>24</sup>.

Na Sé de Coimbra havia também alguns sermonários, como revelam os inventários publicados por Avelino de Jesus da Costa. Com efeito, no de 1393, surgem-nos apenas dois, assim descritos: «*Item. Outro livro galego de sermões e payxões, e galego Sem tavoas*<sup>25</sup>», e «*Item. Outro livro de sermões de Sam Gyãao arcebispo de Toledo*», convindo anotar, em relação ao primeiro que deveria remontar ao século XII, uma vez que é designado *livro galego*<sup>26</sup>, isto é, escrito em letra visigótica, de mais difícil leitura, que em Portugal foi suplantada pela carolina ou francesa na primeira metade desta centúria, desaparecendo os seus últimos vestígios, em 1172, como demonstrou a Prof.<sup>a</sup> Maria José Azevedo Santos<sup>27</sup>.

Noutro inventário da Sé de Coimbra, bastante mais tardio, de 1517, encontrámos mais duas obras de oratória sagrada, que se revestem de grande interesse pela especialização introduzida, como decorre da simples leitura dos respectivos títulos: «*Item. Hum sermonayro dos sermões de Nossa Senhora*» e «*Três Evanegeliarios (sic) dos Evangelhos das domingas e asy homelias da feria*»<sup>28</sup>.

Se nesta rápida visão de conjunto sobre os instrumentos auxiliares da pregação passarmos agora a ver o que sobre esta matéria se verificava na Sé de Braga, encontraremos algumas novidades. Pelos estudos já realizados, sabemos que no século XV a escola capitular e a respectiva biblioteca estavam desorganizadas, tendo, por isso, merecido a atenção de D. Fernando da Guerra, que lhe legou toda a sua *livraria de mão*, mandou realizar obras de vulto, colocar mesas e prender os livros por cadeias: «*...faço doaçom aa dicta minha egreja de toda minha livraria que pertençam a dereito canonico e civell e a dereito divino e contenplações dos santos fíees e que pertençam a devota contenplaçom sem fallecer alguum. E mando que todos sejam postos per bancas e presos per cadeas como pertence a livraria. E defendo da parte de Se Appostollica que depois que me Deus levar que nom seja nenhuum ousado levar da dicta livraria livro algum nem o despregue sob penna d'encorrer em sentença d'escomunhom appostollica segundo se contem em letera de sua bulla*

<sup>24</sup> *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, 1924, 472-475.

<sup>25</sup> P.<sup>e</sup>. Avelino de Jesus da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra 1989, 95.

<sup>26</sup> Maria José SANTOS, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 822 a 1172. Aspectos técnicos e culturais*, Lisboa, 1994, 73.

<sup>27</sup> Maria José SANTOS, *Da visigótica à carolina...*, ed. cit., 199.

<sup>28</sup> P.<sup>e</sup>. Avelino de Jesus da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro...*, ed. cit., 174-175

que hy acharom»<sup>29</sup>. Desta longa citação não consta explicitamente a existência de algum sermónario na biblioteca do Arcebispo, mas, por certo, estavam compreendidos na expressão «que pertençam a contemplações dos santos fíees», como se pode deduzir do facto de no dia 1 de Janeiro de 1463, entre os livros requisitados na biblioteca do Cabido de Braga pelo bispo auxiliar, D. Frei Gil, figurar também «huum livro de sermões dominicaes de todo o anno escripto em purgaminho em grande volume»<sup>30</sup>.

Não foi esta a única doação feita à biblioteca capitular de Braga, merecendo especial referência o legado recebido do arcebispo D. Jorge da Costa (1486-1501). Durante a sua estadia em Roma, antes de ser elevado ao sólio bracarense, como bom humanista deixou-se seduzir pelas primícias da imprensa italiana e foi adquirindo uma preciosa colecção de incunábulo, de que, posteriormente, foi beneficiário o Cabido de Braga. Pelo inventário desta biblioteca, elaborado em 1612, descrevendo-os pela ordem em que se encontravam nas diversas estantes, sabemos que, na «estante 5<sup>a</sup>, da banda de bayxo», estava «outro livro de mão, de letra gotica antiquissima, que se intitula *Ars praedicandi*. Não consta de autor nem Era». Linhas abaixo deparam com dois sermónarios impressos no século XV: o primeiro «impreso no anno de 1475, que hé hum *sermonario* feito por Frey Leonardo da Ordem dos Pregadores», possivelmente adquirido pelo futuro arcebispo D. Jorge da Costa, durante a sua estadia em Roma, e o segundo «impreso no anno de 149..., que hé *Pregações* do R<sup>do</sup>. P<sup>e</sup>. Frei Jheronimo de F[er]rara»<sup>31</sup>.

Os dados recolhidos nos inventários da biblioteca da Sé de Braga, obrigam a salientar a presença de uma *Ars praedicandi*, que, naturalmente, põe em relevo a preocupação com a preparação teórica sobre o modo de pregar, e a presença de sermónarios impressos no estrangeiro, muito antes de ser introduzida a imprensa em Portugal, que, além de facilitar a leitura, permitia maior circulação da temática dos sermões e da forma como a mesma era apresentada<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> José MARQUES, *O testamento de D. Fernando da Guerra*, separata de «Bracara Augusta», Braga, 1979, 21-22.

<sup>30</sup> José MARQUES, *O testamento de...*, ed. cit., 26.

<sup>31</sup> P<sup>e</sup>. Avelino de Jesus da COSTA, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1985, 88.

<sup>32</sup> Não queremos omitir a referência dos livros de homilias e sermões feita por Patricia Anne Odber de BAUBETA, *A pregação e a sociedade medieval portuguesa*, in *Congresso Internacional de História. Missionação portuguesa e encontro de culturas. Actas. Vol. I. Críandade portuguesa até ao século XV. Evangelizaçãõ interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental*, Braga, 1993, 284-285, alguns dos quais foram também por nós inventariados no presente estudo, embora a partir de fontes diferentes, motivo por que mantemos as referências da nossa recolha.

Apesar de termos consciência de que oferecemos apenas uma amostra da vasta série de sermónários medievais e do muito que ainda há a explorar neste domínio, não olvidamos que outra literatura podia servir de apoio à pregação efectuada na Idade Média. Pensamos, por exemplo nas vidas e legendas de santos, nas colecções de exemplos morais, nos livros de milagres, de que os agentes da pregação mais habilitados podiam lançar mão, podendo servir de exemplos *O Orto do Esposo*, *O livro das confissões de Martim Perez*, *O tratado de Confison*, o *Virgeu de Consolaçon*<sup>33</sup>, sem esquecer, obviamente, a *Bíblia*, etc.

### 2. 3. - Os pregadores

A propósito da pregação em Portugal na Idade Média, é necessário ter presentes os seus agentes, isto é, todos aqueles que por dever de ofício ou missão específica tinham obrigação de pregar. É certo que os nomes da esmagadora maioria ficou no silêncio da História, enquanto só um pequeno número ficou registado na documentação mais diversificada. Não consideramos relevante apresentar uma série de nomes de pregadores, já esboçada em alguns trabalhos publicados, podendo servir de exemplo o elenco apresentado por Patrícia Anne Odber de Baubeta<sup>34</sup>, elenco que se poderia ampliar com os pregadores do Rei, dos arcebispos e bispos, de alguns nobres, ligados à Família Real, etc.

Não queremos fixar-nos numa excessiva casuística, mas se a informação corresponde à realidade, temos de reconhecer o valor de Fr. João Fróis que, segundo informa A. G. da Rocha Madail, em 1216 foi nomeado pregador do Rei de França, Filipe II, ao qual ofereceu e dedicou os quatro livros que compôs em latim com os seus sermões<sup>35</sup>; por sua vez, a Câmara do Porto deliberou conceder ao dominicano Frei Pedro, mestre em Filosofia, «*de boa fama e condiçom e boom preegador e ydoneo para ello*», trezentas libras da moeda corrente, para continuar os estudos em Oxford, pelas rendas do Hospital de Rocamador<sup>36</sup>; recordem-se, ainda, Mestre Fernando de Chelas, da Ordem de S. Domingos e leitor de Teologia, administrador ou comendador do Monteiro de

---

<sup>33</sup> Patrícia Anne Odber de BAUBETA, *A pregação e a sociedade medieval...*, ed. cit., 281.

<sup>34</sup> Patrícia Anne Odber de BAUBETA, *A pregação e a sociedade medieval...*, ed. cit., 285-290.

<sup>35</sup> A. G. da Rocha MADAIL, *Os códices de Santa Cruz de Coimbra*, in «*Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*», 8 (1927), 394.

<sup>36</sup> *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, 1968, 223.

Fonte Arcada<sup>37</sup>, e Frei Estêvão, pregador célebre<sup>38</sup>, como o anterior, pregador do Arcebispo.

Em Portugal, pregou também Mestre André Dias de Escobar, mais tarde bispo de Mégara, que chegou a ser comendatário do mosteiro beneditino de Rendufe, próximo de Braga<sup>39</sup>. O próprio Arcebispo D. Fernando da Guerra, na sua qualidade de prelado da Arquidiocese, aparece como pregador no sínodo de 1435; mais tarde, o seu bispo auxiliar, o dominicano D. Frei Gil, de que mais à frente nos ocuparemos, teve uma intensa acção parenética, etc., etc..

A excelente formação destes pregadores não pode levar-nos a esquecer que havia também muitos outros cuja preparação era deficiente, sendo bem oportunas as recomendações de Afonso X – cujas *Partidas* também foram seguidas em Portugal – aos prelados acerca das condições a que deviam responder os pregadores, cuja preparação intelectual deveria levá-los a adequar a forma de expor a doutrina à capacidade dos ouvintes<sup>40</sup>.

A nível do clero diocesano não custa aceitar que havia casos de insuficiente preparação para poder pregar. Com efeito, nas *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, (1423-1468), encontramos dezoito casos de clérigos, inclusive presbíteros, que foram providos em benefícios com cura de almas, apesar de não saberem ler nem cantar, tendo para o efeito sido dispensados das exigências da legislação sobre esta matéria. É certo que se impunha a obrigação de dentro de um ano suprirem tal deficiência, mas nem assim deixaria de se estar perante uma preparação muito rudimentar, com inevitáveis consequências na acção pastoral. Na célebre oração de sapiência proferida no Estudo Geral de Lisboa, em 1 de Outubro de 1534, André de Resende não deixou de verberar tal situação, embora a outra escala, ao aludir aos «*ineptissimos contionatores*»<sup>41</sup>.

Independentemente da importância individual das personalidades mais acima nomeadas e de muitas outras conhecidas ou mesmo sepultadas no esquecimento comum, apraz-nos salientar, de modo especial, o êxito renovador introduzido pela pregação dos Mendicantes (Dominicanos e Franciscanos), aliás

---

<sup>37</sup> A. B. C., *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, fls. 86v e 191v.

<sup>38</sup> *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, 385.

<sup>39</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma-Porto, 1967, 36-37.

<sup>40</sup> *Alphonse X. Primeyra Partida*. édition et étude par José de Azevedo Ferreira, Braga, 1980, 233 ss.

<sup>41</sup> André RESENDE, *Oratio pro rostris*, tradução, introdução e notas de A. Moreira de Sá, Lisboa, 1956, 12.

comprovado pelas divergências originadas com o clero diocesano em diversos pontos do Reino, e até entre estas duas Ordens, como a documentação comprova.

A presença dos Mendicantes (Dominicano e Franciscanos) nas principais cidades e vilas do Reino criou frequentes tensões com o clero diocesano local, bastando recordar os casos do Porto e Guimarães, levando outras a tomarem as providências consideradas mais adequadas, mesmo que tenham de se considerar radicais.

Neste contexto, o caso mais expressivo é a atitude tomada pelo Cabido de Braga, que, em 20 de Março de 1279, conhecendo os litígios existentes entre a Colegiada de Guimarães e os franciscanos, temendo que o arcebispo eleito, D. Frei Telo, até então provincial dos Frades Menores de Castela, viesse a patrocinar a fixação dos filhos de S. Francisco em Braga, celebrou um compromisso com a vereação municipal, segundo o qual não deveriam consentir que os Mendicantes se instalassem na sede da diocese, assumindo o Cabido as despesas e custas judiciais que, eventualmente, tivessem de fazer para impedir a sua entrada no Couto e na cidade de Braga<sup>42</sup>.

Poder-se-á estranhar o radicalismo da opção do Cabido e da Câmara de Braga, mas temos de reconhecer que foi estimulada pela notícia das experiências tensionais verificadas noutras vilas e cidades, realidades que viriam a acentuar-se em algumas localidades, a que nos vamos referir, mas, entretanto, recorde-se que, nesse ano de 1279, em Guimarães e no Porto, dominicanos e franciscanos procediam à partilha das terras onde os membros de cada uma destas Ordens Mendicantes poderiam pregar<sup>43</sup>.

O estilo de vida e a mensagem doutrinária profundamente reformista dos Mendicantes, servida por uma cultura superior ao serviço da palavra, atraíam as populações, que os recebiam com grande entusiasmo. Foi por isso que, no espaço de poucas décadas, nas principais cidades e vilas de Portugal se implantaram conventos de Mendicantes, sendo frequente o caso de se estabelecerem Dominicanos e Franciscanos na mesma localidade, como aconteceu em Santarém, Porto, Guimarães etc.

A vocação urbana dos Mendicantes e a sua opção pela pregação rapidamente lhes proporcionaram um grande ascendente junto dos fiéis, face ao clero secular, que, pouco a pouco, lhes foi confiando o serviço de pregação em certas igrejas das vilas e cidades onde estavam instalados.

---

<sup>42</sup> A.D.B., *Gaveta das religiões, mosteiros e seminário*, nº 17. Publicado por nós na obra *A Arquidiocese de Braga no século XV*, 937-938.

<sup>43</sup> Frei António do ROSÁRIO, *Letrados dominicanos...*, ed. cit., 578, 584 e 598.

Paralelamente, não faltava quem desejasse ter sepultura nas igrejas dos frades Mendicantes, surgindo, com frequência, querelas com o clero diocesano, por causa dos direitos paroquiais. Para o tema em estudo interessa, sobretudo, anotar alguns diferendos graves, ocasionados pela concorrência a diversos níveis e também no plano da pregação, que foi necessário resolver, mediante composições ditas «amigáveis», quando não por intervenção hierárquica.

A mais importante ocorreu entre os Dominicanos e os Franciscanos de Santarém, tendo a sua gravidade obrigado à intervenção dos Provinciais e Gerais das duas Ordens e do próprio rei, D. Afonso III. A discórdia surgiu pelo facto de os Franciscanos, ao chegarem a Santarém, se terem instalado junto dos Dominicanos. Entre estas duas comunidades, viviam algumas emparedadas que, além de seguirem a espiritualidade dominicana, passaram a usar também o hábito de S. Domingos. Daí aos juízos apressados, à criação de facções populares afectas a cada uma das Ordens e ao escândalo, com ou sem fundamento, foi um passo, acabando a questão por ser dirimida pela decisão de três árbitros escolhidos na reunião efectuada, em Lisboa, em 7 de Julho de 1260, com a participação de cinco membros de cada Ordem, sob a presidência de D. Afonso III. Mas, em última instância, o verdadeiro fundamento deste litígio radicava na concorrência feita pelos Franciscanos aos Dominicanos, em função do lugar onde estavam implantados o seu convento e a respectiva igreja, que era mais próximo da vila, e de os horários serem coincidentes.

Da longa sentença dos juízes comissários, registe-se apenas que os Dominicanos tinham de mandar sair as emparedadas do local que antes ocupavam e as determinações relativas à pregação na vila de Santarém, que era verdadeiramente a causa de todas as questões, dada a proximidade das igrejas e a coincidência das horas.

Sem pretendermos entrar em pormenores, diremos que a partir do domingo imediato à data desta sentença, passaria a haver alternância nas pregações, isto é, quando os Dominicanos pregavam de manhã, os Franciscanos pregariam de tarde, invertendo-se a ordem no domingo ou dia santo imediato, em que o Franciscanos pregariam de manhã e os Dominicanos de tarde. No domingo da Paixão, Dominicanos e Franciscanos pregariam nos mesmos lugares e horas, como era costume. Havia, no entanto, certos dias em que só podiam pregar os Dominicanos ou os Franciscanos, como seria na festividade da Igreja ou do Altar, na dedicação da Igreja de cada uma das Ordens ou no seu aniversário, em dia de missa nova ou de certos funerais.

Nos funerais de pessoas que estivessem ligadas às duas Ordens, se o frade de uma Ordem celebrava a missa, a pregação ficava a cargo de um frade da outra Ordem. Estavam especificadas as igrejas da vila em que Dominicanos e Franciscanos deviam pregar no domingo de Ramos, alternadamente. Idênticas

disposições se tomaram quanto à pregação nas casas das religiosas dominicanas e franciscanas e em outros lugares onde iam as procissões<sup>44</sup>.

Segundo Jacques Le Goff, referido por José Mattoso, não faltaram situações de conflito idênticas a esta, em vários pontos da Europa, tendo a autoridade pontifícia sentido necessidade de estabelecer uma distância mínima entre os conventos destas duas Ordens<sup>45</sup>.

A título de remate deste ponto, podemos afirmar que, na sequência desta sentença, passou a haver um verdadeiro calendário da pregação na vila de Santarém, não dispondo, de momento, de notícias relativas à eventual transgressão desta decisão arbitral.

Menos de quatro décadas depois, em 1297, os Dominicanos e os Franciscanos de Guimarães celebraram com a Colegiada local um acordo que os transformou em titulares da pregação nas igrejas da vila, recebendo também por tão importante serviço alguma remuneração<sup>46</sup>.

Embora o cronista franciscano, Frei Manuel da Esperança, afirme que este acordo foi pacífico apenas durante oitenta e um anos, pensamos que, apesar das dificuldades de ordem material surgidas no fim do século XIV e durante a primeira década de *Quatrocentos*, foi possível retomá-lo de forma ampliada pela composição celebrada, no dia 1 d Abril de 1409, entre a Colegiada e as duas Ordens Mendicantes, dando origem a um calendário de pregação extremamente pormenorizado, para a então vila de Guimarães, que, tal como Santarém e outros centros urbanos onde conviviam as duas Ordens Mendicantes, se encontrava numa situação privilegiada, no sector da parenética. Isto é tanto mais importante, quanto é certo que tendo nós recolhido mais de dois milhares de registos de cartas de confirmação de clérigos diocesanos, monges e frades em beneficios e ofícios na Arquidiocese de Braga, e tendo encontrado também bastantes cartas originais correspondentes aos supracitados registos, nas quais se insiste de forma sistemática na celebração da missa, administração dos sacramentos, conservação das igrejas, casas paroquiais e herdades, tais cartas são omissas quanto à pregação e à catequese<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Frei António do ROSÁRIO, *De Santarém, pelo tempo de Santo António*, in *Colóquio Antoniano*, Lisboa, 1982, 75-80. José MATTOSO, *Estratégias de pregação no século XIII*, in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1990, 191-202.

<sup>45</sup> José MATTOSO, *Estratégias de pregação...*, ed. cit., 194.

<sup>46</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 829-830.

<sup>47</sup> José MARQUES, *A Colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487)*, in *Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, Guimarães, 1981, 265.

Face a este calendário, podemos afirmar que, em matéria de pregação, a vila de Guimarães estava numa posição privilegiada em relação a Braga, mercê da acção desenvolvida pela Colegiada e pelos frades dos conventos de S. Domingos e de S. Francisco, pagando, assim, a cidade dos arcebispos o preço por se ter fechado à presença do Mendicantes dentro dos seus muros e do seu termo.

Esta situação vinha já do século XIV, tendo sido actualizado pela renovação do acordo, celebrado em 1 de Abril de 1409, por nós estudado e publicado, em 1981, pelo que nos permitimos transcrever aqui a sua parte essencial:

- Trata-se de uma composição amigável celebrada entre essas três importantes instituições vimaranenses para pôr termo a diferendos anteriores e constitui um autêntico e minucioso calendário anual das festividades solenizadas com sermão, durante o ano litúrgico, na Colegiada, nos conventos de S. Domingos e de S. Francisco, bem como noutras igrejas da vila.

A Colegiada era a primeira igreja da vila e uma das principais do arcebispado. Não admira, por isso, que esteja no centro da vida religiosa vimaranense, como centro de peregrinações e de irradiação da devoção mariana que era. Aí haveria pregação *todos os domingos do Advento e da Quaresma*, confiada alternadamente aos dominicanos e franciscanos.

Além destes dias, haveria pregação na Colegiada:

- *Nas festas de Jesus Cristo*: Natal, Circuncisão, Epifania, Endoenças, Páscoa e Ascensão, a que temos de associar, segundo o documento, as da Santíssima Trindade, Espírito Santo, Corpo de Deus e Todos os Santos;

- *Em todas as da Virgem Maria*: Conceição, Purificação, Anunciação, Natividade e Comemoração; e *nos dias de S. Vicente, S. Matias, S. Mateus, S. Lucas, Santa Ana e Santa Eulália*. Em relação à festa da Senhora das Neves, por coincidir com o dia de S. Domingos, a Colegiada abdicava da pregação desse dia em favor deste Santo fundador. Se, porém, o cabido desejasse comemorá-la noutro dia, os dominicanos seriam obrigados a fazer o respectivo sermão.

No *mosteiro de S. Domingos*, além do dia do patrono e fundador, haveria pregação nos dias de Santo Antão, S. Silvestre, S. Brás, Santo Estêvão, Santa Catarina, Santa Maria Madalena, as Nove Mil Virgens, Santa Cruz e os Santos Frades da Ordem.

Em *S. Francisco*, nos dias de S. João Baptista, S. João Evangelista, S. Tomé, Santo André, S. Martinho, S. Marçal, Santa Inês, Santa Iria e Santos Frades da Ordem.

Os religiosos podiam ampliar os dias de pregação nos seus mosteiros, contanto que não coincidissem com os fixados para a Colegiada.

Na igreja de S. Paio, além do dia do orago, pregar-se-ia no dia de S. Pedro, S. Paulo, S. Lourenço e S. Bartolomeu.

Na de Santa Margarida, advogada das lázaras, no seu dia e no de S. Miguel.

Impendia ainda sobre os Franciscanos pregarem em S. João da Ponte quando a população de Guimarães lá fosse em procissão, mesmo devendo fazer no Mosteiro de S. Torcato, que, no último quartel do século XIV, ainda era um importante centro de piedade, a nível regional. Segundo um costume antigo, mas já em decadência em 1390, na terceira sexta-feira da Quaresma, convergiam para este mosteiro, em procissão de penitência, os moradores de vinte e nove paróquias dos actuais concelhos de Guimarães e Fafe, aos quais tinham incumbência de pregar os Franciscanos de Guimarães. Em 1410, o costume estava já quase extinto, como observou o arcebispo D. Martinho Pires da Charneca<sup>48</sup>.

Além dos objectivos práticos nele visados, este documento oferece-nos um interessante quadro da devoção na vila de Guimarães.

Por todos estes serviços de pregação quitava-lhes a Colegiada todos os direitos por eles devidos, em atraso, e a partir desta data renunciava em seu favor à *porção funerária*, ou seja, à quarta parte das ofertas levadas aos referidos mosteiros por ocasião dos funerais, que ali tivessem lugar.

Nele se fixava também a ordem de prioridade no local de destino das três primeiras procissões realizadas, em Guimarães, em cada ano, o que nos faz pensar na antiga *statio...*, determinando-se que a primeira terminasse em Santa Maria da Oliveira, a segunda em S. Domingos e a terceira em S. Francisco, só depois podendo dirigir-se a outros lugares.

Nas suas pregações e nas confissões os frades deviam recomendar ao povo o pagamento das dízimas, das primícias e de outros direitos devidos às igrejas e a irem aos domingos e festas às missas e pregações. Por sua vez os

---

<sup>48</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 734-735 e .939, nota 727. O Mosteiro de S. Torcato, no último quartel do século XIV, ainda era um importante centro de piedade, a nível regional. Segundo um costume antigo, que em 1390 já estava em decadência, na terceira sexta-feira da Quaresma, convergiam para este mosteiro, em procissão de penitência, os moradores de vinte e nove paróquias dos actuais concelhos de Guimarães e Fafe. Estava confiada aos Franciscanos de Guimarães a incumbência de pregar a esta multidão de penitentes. Em 1410, o costume estava já quase extinto, como observou o arcebispo D. Martinho Pires da Charneca.

capelães da Colegiada deveriam recomendar aos fregueses a assistência às festas e pregações que tivessem lugar nos mosteiros de Guimarães.

Com esta regulamentação pretendia-se evitar a coincidência de pregações, no mesmo dia, em várias igrejas, o que seria altamente dispersivo e prejudicial, segundo criam, excepto nas festas de Santa Maria das Neves, Circuncisão, Todos os Santos e Endoenças, em que devido ao grande concurso de povo, poderia haver pregação nos mosteiros e na Colegiada

### *2.3.1.- Esperança frustrada*

Era, pois, de esperar que de futuro, não voltassem a surgir afrontamentos entre a Colegiada e os religiosos de Guimarães. Tal, porém, não aconteceu, em parte por deficiência do clausulado da composição. É que vivendo-se num período de inflação galopante, deveria ter-se providenciado em ordem à correcção e reajustamento da remuneração atribuída aos Mendicantes por serviço de tanta importância. Como nada se estabeleceu sobre tal assunto na composição, em breve começaram os Mendicantes a sentir-se mal remunerados. Daí novas tensões, que a Colegiada, atida como estava à composição de 1409, não soube contornar<sup>49</sup>.

O facto de a pregação em grande parte das festas litúrgicas, em Guimarães, estar confiada aos religiosos Dominicanos e Franciscanos ajudava-os a tomarem consciência da sua superioridade cultural em relação aos membros do Cabido da Senhora da Oliveira, situação que continuou a verificar-se, como sugere o facto de no convento de S. Domingos, em 1426, residirem: quatro doutores, um mestre em Teologia e dois bacharéis, cujos nomes conhecemos<sup>50</sup>. Dessa mesma consciência fez-se eco Frei João de Vila Franca, que num sermão proferido na Colegiada da Senhora da Oliveira, em fins de Outubro de 1445, denunciou a ignorância da clerezia do arcebispo, atingindo, obviamente, em primeiro lugar os cónegos da Colegiada de Guimarães, que, à luz da composição feita com ela e com os frades de S. Francisco, haviam declinado nos religiosos mendicantes, radicados nessa vila, a obrigação de pregarem, que originariamente impendia sobre os capitulares vimaranenses.

---

<sup>49</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 265-267.

Segundo o depoimento de Vicente Anes, abade de Travaços, que viria a ser ouvido em processo judicial, o referido Frei João de Vila Franca, superior dos franciscanos, quando a certa altura do sermão de S. Francisco, que estava a pregar, ao fazer a aplicação moral – «*reduzendo a preposito*» – quis censurar a ignorância do clero, afirmou «*que nom fora tal Sam Francisco como ao presente heromos em este mundo que mal pecado a iniçia (inépcia?) hera tanta que alguns tolhiam ho verbo de Deus mais porem todo aquelle <que> tolhia a palavra de Deus hera herege ho que agora via fazer a crezeria em este arcebispado e em esta vilha polho qual herom hereges e que se tomasem desses mais ent<end>idos que helle lho amostraria*».

Terminada a prédica, contestou-o o cónego Fernando Carneiro perante todo o povo, dirigindo-se-lhe em latim. Frei João, no entanto, sorria-se, repetindo que falava a verdade<sup>51</sup>.

Como é previsível, não seriam pequeno o escândalo e os comentários do incidente dentro e fora da vila de Guimarães. Faltam informações sobre o que se passou nos dias imediatos, mas em 31 de Janeiro de 1446, já estava organizado um processo canónico contra o ousado franciscano, do qual ressaltam seis proposições, que, embora nos termos latinos em que estavam formuladas se apresentassem como merecedoras de algum reparo – as quais por brevidade omitimos –, julgamos, por isso, que o seu verdadeiro alcance era apenas ambientar a «*Sexta et ultima conclusio causa huiusmodi contentionis quod sacerdotes et ecclesiarum rectores ville Vimaranensis indubie sunt heretici et talles iuridice potuissent ostendi ex quo publico et parrochianis proibent ne ad monasteria pergant audire verbum divinum cuius presupositum est inprobabile ut superius dictum est et insuper ocultissimo et forte incogitatum ab aliquo. Et hec tallia dicuntur et proponuntur zello caritatis solummodo et nom causa injuriandi quenquam*».

(Assinado): *FERNANDUS CARNEIRO in Canonibus Scollaris*<sup>52</sup>.

O libelo chegou a ser publicado ao arguído, mas ignora-se o desfecho deste curioso processo, porque a partir deste ponto o processo está truncado, bastando, contudo, para revelar uma situação tensional com muito interesse.

<sup>50</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 846.

<sup>51</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 267-268.

<sup>52</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 267-268.

### 2. 3. 2.- *Novos diferendos*

As tensões entre a Colegiada e os Mendicantes continuaram a surgir. Assim, em 6 de Maio de 1448, dia em que a Colegiada, a Vereação do Concelho com todo o povo deviam ir em procissão à igreja de S. João de Ponte, acompanhados pelos Mendicantes de Guimarães, em cumprimento de um voto antigo, desta vez, os Dominicanos e os Franciscanos, conluiados, decidiram faltar a esta procissão, não fazendo, por isso, o sermão que lhes competia fazer.

Esta atitude foi tomada como uma verdadeira afronta à Colegiada, às autoridades municipais e a todo o povo, pelo que, nesse mesmo dia, o cónego Gil Afonso apresentou requerimento contra o frades rebeldes junto do tabelião Afonso Martins, com todos os pormenores deste incidente e mais em concreto... «*ficando a jente que foy em a dicta piçiçom moyto agravada, protestando Estev'Eanes vereador do concelho e outros moitos a os demandar por emjurias*»<sup>53</sup>

Nos anos seguintes, até 1453, continuaram os diferendos entre a Colegiada e os Mendicantes, porque a retribuição paga pela Colegiada era insuficiente.

Curioso é, no entanto, o que aconteceu no dia 5 de Agosto de 1453, época em que o Reino estava atingido pela peste. De acordo com a composição de 1 de Abril de 1409, no dia 5 de Agosto, a Colegiada prescindia da pregação para os Dominicanos celebrarem, condignamente, a festa do seu fundador, S. Domingos, a que todos deveriam concorrer. Como era habitual, saiu da Colegiada uma procissão que, em vez de se dirigir ao convento de S. Domingos, recolheu ao de S. Francisco, onde, contra o que estava determinado houve, pregação por um franciscano.

No dia seguinte, os filhos de S. Domingos apressaram-se a apresentar a rescisão da composição de 1409 com a Colegiada, que temeu ficar sem pregadores para as principais festas litúrgicas, o que provocaria no povo escândalo e reacção de consequências imprevisíveis. Perante atitude tão enérgica dos Dominicanos, a Colegiada decidiu apresentar-lhes desculpas formais, alegando que a procissão tinha saído por imposição da vereação municipal que, em sessão camarária, prometera mandar sair esta e outras procissões para alcançar de Deus o termo da grande peste que grassava nesta vila. Nestas condições os Dominicanos aceitaram as explicações e continuaram ligados ao célebre compromisso de 1409.

---

<sup>53</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 268-269.

Em 1461, acelerou-se a ruptura com os Franciscanos por causa do culto um pouco suspeito com a imagem de *S. Pedro ad Vincula*, a que o Arcebispo D. Fernando da Guerra mandou pôr termo, sendo, inclusive, confiscada a imagem, que ainda se conservava na oficina do santeiro.

Em consequência destas vicissitudes, a Colegiada sentiu necessidade de dispor de um pregador letrado, que assumisse, em exclusivo, o compromisso da pregação, tendo-lhe, para o efeito, o arcebispo D. Jorge da Costa anexado a igreja de S. Tiago de Murça com as respectivas rendas, a fim de sustentar um «*pregador letrado pera em ella pregar a palavra de Nosso Senhor aos fiees christãos e moradores da dita villa*»<sup>54</sup>.

Por uma questão de brevidade, dispensamo-nos de longos comentários sobre os factos referidos, mas não queremos deixar de observar que a abundante pregação e o minucioso regulamento-calendário acima descrito não impediram situações tensionais, que não podem deixar de ser interpretadas como contrastemunos no seio da comunidade cristã, tal como havia sucedido em Santarém, antes da sentença que deu origem ao calendário e regulamento da parenética na vila escalabitana.

#### *2.4 - Pregação de circunstância*

Sob este título podemos incluir uma grande quantidade de sermões proferidos em função de variadíssimas circunstâncias, muitas vezes únicas e irrepetíveis, mas que traduzem bem a importância da pregação não só pelo que ela representava nos actos litúrgicos em que muitas vezes se inseria, mas também pelo que dela se esperava a curto ou médio prazo.

Não é possível analisar aqui o conjunto de sermões que, a título de exemplos, vamos enumerar, e pensamos que também não será necessário, parecendo mais conveniente deixar a notícia da sua realização e do contexto em que os mesmos tiveram lugar. Assim, não é raro verificar que a política, a guerra ou as expedições militares, o sentido da defesa comum, a obrigação de participar na cruzada mais ou menos permanente contra a pressão feita pelos turcos sobre a Cristandade europeia e muitas outras situações que poderão vir a ser mencionadas é que determinaram ou estiveram na base de muitos destes sermões, a que passamos a referir-nos.

---

<sup>54</sup> José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga...*, ed. cit., 269-272.

2.4.1.- Numa perspectiva cronológica, e encontrando-nos em Sevilha, parece oportuno evocar a pregação que os cinco religiosos franciscanos italianos aqui chegados, vindos de Portugal, começaram a fazer, na Sevilha almóada: primeiro, a um grupo de árabes, que rapidamente os afastou, pelo que, de seguida, se dirigiram para a mesquita, onde não os deixaram entrar, tentando, depois, em vão, pregar ao rei e sua comitiva, ou mesmo aproveitando o cimo da torre-cadeia. Finalmente libertos por intercessão do filho do Rei, foram levados para Marrocos por um fidalgo castelhano, aí se tendo encontrado com o Infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II de Portugal, que tentou dissuadí-los dos seus propósitos concionatórios, mesmo junto do Rei de Marrocos, que acabou por fazê-los sair, depois de açoitados por persistirem na pregação acintosa contra Maomé e seus sequazes, acabando por serem degolados pelo próprio Rei, regressando tempos depois as suas relíquias a Sta. Cruz de Coimbra<sup>55</sup>.

2.4.2.- Pela intenção e certamente pela repercussão política que não podia deixar de ter, abrimos este ponto com a referência ao sermão proferido pelo Arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac (1361-1371), nas exéquias solenes de D. Inês de Castro, mandadas celebrar por D. Pedro I. Do sermão incumbiu-se o Arcebispo de Braga, que tomou como tema do sermão exequial um versículo do capítulo 23 do livro do *Génesis*: «*Sepelivit Abraam Saray uxorem suam*», que desenvolveu comparando D. Pedro ao patriarca Abraão e a infeliz D. Inês de Castro a Sara, proclamando abertamente que eles eram marido e esposa: «*Consortium legitime societatis yndicit copulatio admiationis cum dicit Saram uxorem suam hoc est dominam Agnetem principissam nostram quam dominus rex in tantum sibi copulavit quod facti sunt una caro Genesis secundo propter hanc relinquet homo patrem et matrem et adherabit uxori sue et erunt duo in carne una*»<sup>56</sup>. A partir daqui fácil se torna concluir do alcance político deste «reconhecimento» do matrimónio de D. Pedro com D. Inês de Castro, cujas consequências seriam violentamente contestadas pouco mais de duas décadas depois.

O conceito de sepultura foi largamente parafraseado pelo Arcebispo até chegar à terceira e última sepultura, que é eterna, «*...et ista est sepultura Salvatoris qui in eterna gloria et in altissimis eternali sepeliuntur*»,

---

<sup>55</sup> *Tratado da vida e martirio dos Cinco Mártires de Marrocos*, reimpresso com introdução, notas e índice de António da Rocha Madahil, Coimbra, 1928, 16-45.

<sup>56</sup> Sérgio da Silva PINTO, *O sermão das exéquias de D. Inês de Castro, pelo Arcebispo de Braga D. João de Cardaillac, no problema do casamento da Misera e Mesquinha*, Braga, 1961, 20.

acrescentando, mais à frente a seguinte passagem incorrectamente referida como sendo do cap. 12 do Livro de Job: «... *corpora sepulta in ista sepultura paradisi nunquam putrescunt , nec corrumpuntur... quia non dabis sanctum tuum videre corruptionem*», concluindo que certamente foi numa sepultura como esta que a senhora infanta D. Inês foi sepultada «*certe in ista sepultura pie credendum est et ita velit Deus quod sit sepulta ista domina infantissa cum bene et pie et iusta ipsam in hoc mundo vixisse nobis per dignos fide fuerit informatio facta...*»<sup>57</sup>.

É bem de prever quanto este sermão terá agradado ao rei D. Pedro, não só porque elevava o seu amor com a malograda D. Inês de Castro à dignidade de matrimónio, de acordo com a afirmação do livro do Génesis, mas também abria novas perspectivas políticas aos filhos dos seus amores.

A realidade, porém, seria muito diferente e não faltaria quem contestasse a intenção subjacente ao teor deste sermão.

2.4.3.- Se este sermão das exéquias de D. Inês de Castro tinha um objectivo claramente político, outros houve cujos sumários ou esquemas foram fornecidos pelo Infante e depois Rei, D. Duarte. Foi o que aconteceu em relação a um sermão que Mestre Francisco devia pregar sobre o Condestabre D. Nuno Álvares Pereira, cujo tema em latim é o seguinte: *Glória et honore coronasti eum Domine*. A primeira parte está orientada de forma a concluir que Deus o coroou de honra nesta vida e que sempre será coroado na outra, mercê das suas muitas virtudes<sup>58</sup>.

Trata-se, obviamente, de exaltar alguém a quem a Dinastia de Avis muito devia, pretendendo o Infante D. Duarte que o pregador nada olvidasse daquilo que ele desejava que fosse dito.

Maior preocupação revelou D. Duarte quando, já Rei, no sumário-esquema preparado para servir de guião a Frei Fernando, de forma a traçar o elogio completo do monarca seu pai, salientando quanto fez pela coesão da família real, por ter seguido os exemplos da Rainha D. Filipa de Lencastre e pela posição a que elevou o estado da nobreza<sup>59</sup>.

2.4.4.- Para além dos regulamentos e da calendarização da pregação em Santarém e Guimarães e da pregação feita nas paróquias, houve circunstâncias que exigiram pregações adequadas, podendo servir de exemplos os factos

<sup>57</sup> Sérgio da Silva PINTO, *O sermão das exéquias...*, ed. cit., 23.

<sup>58</sup> *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Lisboa, 1982, 225-229.

<sup>59</sup> *Livro dos concelhos de El-Rei D. Duarte...*, ed. cit., 38-239.

registados por Fernão Lopes, a começar pela procissão dos moradores de Lisboa, seguida de sermão pregado por Mestre Rodrigo de Sintra, da Ordem de S. Francisco, proferido no mosteiro da Trindade, em Lisboa, em Setembro de 1384, no dia imediato ao levantamento do cerco posto a esta cidade, durante quatro meses, por D. João I de Castela para o qual tomou o tema *Misericordiam fecit nobiscum*<sup>60</sup>.

Na mesma linha se inserem as notícias de que, durante muito tempo, o povo da capital «*fora amoestado em pregações que se partisse dalguuns pecados e danados custumes dos gentios que se em ella de lomgo tempo hussarom, mormente erros de jdollatria...*»<sup>61</sup>, bem como a de que, após terem a confirmação da vitória alcançada em Aljubarrota por D. João I sobre o rei de Castela *hordenarom em esse dia huma geerall proçissam e llevarom em ella a jmage de Sam Jorge o mais honradamente que se fazer pode. E assy chegarom a Santa Maria da Escada, homde disserom mjssa e pregaçam, e se tornarom muyto ledos pera suas casas...*<sup>62</sup>.

Na sequência destes acontecimentos, logo que a população de Lisboa soube que D. João I enviava para esta cidade as bandeiras abandonadas pelo Rei de Castela, quatro das quais com as respectivas armas reais «*que som castellos e leoões, e as de portugal mjscladas com ellas per meo da bamdeira contra o cabo... e esto porque se chamava rey dambollos regnos*», a população de Lisboa, dizia, quis recebê-las em procissão que viria a terminar na Sé catedral «*e ally pregou frey Pedro, frade da hordem de Sam Framçisco, grande leterado em theologia e muy afamado de boom pregador. E tomou por tema em seu sermon: A Domino factum est istud et (est) miraville in occullis (nostris)...*». E prosseguiu recordando as maravilhas feitas por Deus a favor dos israelitas, terminando com as que recentemente fez junto de nós, concluindo que não sendo o povo de Lisboa capaz de agradecer tantas maravilhas, que sejam os santos a dá-las, dizendo por todos nós: «*Oo Christo Jhesus, ymage de Deus Padre, poderoso em virtudes e forte em nas batalhas, muytas graças e louvores te damos que por a tua jnfinda piedade quisseste oolhar por os portugueeses o dya do seu gram trabalho, por lhe dar honra de vencimento contra a ssanha de seus cruees emmjgos! Aa tua magestade humjldosamente pedimos que esta tua devota cidade e o outro reyno seu ajudador ajas sempre em tuam encomenda e*

<sup>60</sup> Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória*, parte primeira, Lisboa, 1977, 277.

<sup>61</sup> Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, ed. cit., 93.

<sup>62</sup> Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, ed. cit., 114.

*guarda, sendo seu capitão e sua fortaleza; por cuja parte, a mehode orando, digamos aquello que teemos em custume: Glorja e loouor, beençom e poderyo, grandeza e exalçamento receba o Cordeiro ssem magoa de toda lingoa e naçom de gentes agora e ssem fym pera todo ssempre. Amem»<sup>63</sup>.*

A estas duas situações está indiscutivelmente presente uma conotação política e outras se poderão detectar para esta fase da crise e guerra da Independência, embora não atinja a dimensão e importância neste domínio da parenética portuguesa durante a dominação filipina<sup>64</sup> e, sobretudo, ao longo do período da Restauração<sup>65</sup>

2.4.5. - Sob esta mesma rubrica inscreve-se o sermão pregado, em no Lagos, dia 28 de Julho de 1415, por Frei João de Xira aos expedicionários portugueses que, sob as ordens de D. João I, se dirigiam para a conquista da praça de Ceuta, a fim de lhes anunciar o destino da expedição, até ali conservado em sigilo, promulgando-lhes também a bulla de cruzada e absolvendo-os e incitando-os a defenderem a santa Fé, como verdadeiros cristãos e cavaleiros, porque «*Deus todo-poderoso sabe que, se algum de vós outros morrer, que morre pela verdade da Fé e salvação da sua Lei*». Entre outros aspectos deste sermão, vem a propósito observar que o célebre pregador legitimou esta expedição recordando as atrocidades e devastações cometidas pelos árabes nas igrejas cristãs que ali encontraram, muito antes de invadirem as Península Ibérica<sup>66</sup>, etc.

2.4.6. - No regresso desta expedição vitoriosa, o mesmo religioso voltou a pregar em Lagos, na cerimónia em que os Infantes, filhos de D. João I, que tinham participado nesta empresa militar, foram armados cavaleiros, exaltando o facto de os inimigos da fé terem sido expulsos da cidade e algumas mesquitas terem sido transformadas em igrejas, iniciativas em que eles muito se haviam empenhado<sup>67</sup>.

---

<sup>63</sup> Fernão LOPES, *Crónica del Rei Dom João I...*, ed. cit., 115-121.

<sup>64</sup> João Francisco MARQUES, *A parenética portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, 1986, 455.

<sup>65</sup> João Francisco MARQUES, *A parenética portuguesa e a Restauração (1640-1668). A revolta e a mentalidade*, vols. I e II, Lisboa, 1989.

<sup>66</sup> Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil, Lisboa, 1988, 182-183.

<sup>67</sup> G. Eanes de ZURARA, *Crónica da tomada...*, ed. cit., 274.

2.4.7. - Além destas pregações feitas no contexto da crise da Independência nacional e da empresa militar da conquista de Ceuta, que marca o início da expansão ultramarina portuguesa, em 1415, outros acontecimentos houve que provocaram a realização de grandes actos festivos, em que a pregação era indispensável. Foi o que aconteceu, quando chegaram a Lisboa os restos mortais do Infante Santo, D. Fernando, conduzidos pelo sobrinho do rei de Fez, que, segundo a *Crónica*, por razões políticas internas, concebeu a estratégia e orientou a execução da sua retirada, de forma a fazê-los chegar a Portugal.

Informado de que já estavam em Belém, D. Afonso V mandou organizar uma soleníssima procissão, tendo havido solene pregação à chegada à igreja de Santa Catarina subordinada ao tema tirado de um versículo do salmo 117: *Benedictus qui venit in nomine Domini*, sabendo-se que o pregador conseguiu tocar a sensibilidade colectiva «*com tal concerto de palavras que não ouve alguè que deixasse de derramar muitas lagrimas, amorosas e condoidas, louvando altamente a grande virtude e sanctidade do sancto Iffante dom Fernando*<sup>68</sup>. O cronista do Infante Santo, Frei João Álvares, não mencionou o nome do pregador, mas Rui de Pina informa que esse empolgante e comovente sermão foi pregado por Mestre Afonso, prior de S. Domingos de Lisboa<sup>69</sup>.

#### 2.4.8. - *Pregação da bula de cruzada*

Antes de passarmos a novo capítulo, desejamos fazer uma breve referência à pregação itinerante da bula de cruzada, exercício que muitas vezes se fez em Portugal, na Idade Média, repetida várias vezes no século XV. Apesar de essa pregação ter sido frequente, não têm sido divulgados pormenores do modo como se fazia. Por uma carta do bispo auxiliar de Braga, D. Frei Gil, titular de Titopolis, ao arcebispo D. Fernando da Guerra, sabemos que em 7 de Agosto de 1464, andava ele a pregar a bula de cruzada nas regiões de Barroso, pregação a que concorria muito povo, na ânsia de obter a remissão dos pecados, contribuindo também com as suas dádivas para os objectivos da cruzada contra os Turcos.

Este prelado, cuja comitiva era constituída apenas por dois homens e um moço, e dispondo apenas duas bestas, não podia chegar a todos os lugares, pelo que delegou algum serviço no Abade de Cabril e no vigário de S. Vicente

---

<sup>68</sup> *Chronica dos feytos, vida, e morte do Infante Santo D. Fernando, que morreu em Fez. Revista, e Reformada pelo Padre Fr. Jeronymo de Ramos da Ordem dos Pregadores*, in Frei João ÁLVARES, *Obras*, edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, vol. I, *Trautado da vida e feitos do muito vertuoso S<sup>or</sup> Ifante D. Fernando*, Coimbra, 1960, 264-265.

<sup>69</sup> Rui de PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, III, Lisboa, 1902, 71-72.

da Chã, na terra de Montalegre, dos quais tinha as melhores referências, habilitando-os com a tradução portuguesa da bula, que lhes deixou. Com ele levava o original em latim, «*bem guardado e limpo*», pelo que carecia de uma nova tradução para mais facilmente a ler e explicar ao povo. Por esta carta ficamos a saber que já a tinha anunciado em Guimarães e projectava pregá-la em Braga, e Ponte de Lima e noutros lugares, queixando-se ao Arcebispo de ainda não ter sido reembolsado de mais de 3 070 reais, correspondente às despesas feitas com a pregação em Guimarães<sup>70</sup>.

A título de exemplo, recorde-se que também se detecta pregação com intuítos proselitistas, na Sé de Braga, feita pelo converso, Mestre Paulo, que D. Afonso V mandou silenciar pela intolerância que transparecia do seu conteúdo<sup>71</sup>.

Caberia aqui uma referência aos pregadores dos prelados, v.g. do Arcebispo de Braga, e até dos reis, podendo-se adiantar que o doutor Cataldo Sículo foi pregador do rei D. João II, que, em Évora, dispensou bom acolhimento ao médico e humanista de Nüremberg, dr. Jerónimo Münzer, que do facto deixou circunstanciada notícia no seu *Itinerário*<sup>72</sup>.

No fim desta excursão pelas diversas fontes e obras susceptíveis de ajudarem a traçar um conspecto da pregação em Portugal na Idade Média, cremos ter demonstrado que ela era abundante e especificada e que os seus agentes dispunham de um conjunto de instrumentos de apoio muito significativos, que urge estudar para se tomar consciência do seu conteúdo doutrinário.

### 3. A sermonária de Sto. António e a de Frei Paio de Coimbra.

No início desta exposição, anunciámos uma segunda parte, essencialmente voltada para a análise dos sermões na sua estrutura, fontes que lhe estão subjacentes, objectivos, etc.

---

<sup>70</sup> A.D.B., *Gaveta das cartas*, nº25. Para o primeiro quartel do século XVI, temos referência à recolha dos dinheiros fiados para a Santa Cruzada, na cidade do Porto. (Cf. Carta de D. Manuel I, de 1519, Junho, 4 – Évora – A.H.M.P., *Vereações*, liv. 10, fl. 99). Para os anos de 1520 2 1522, além dos dias em que deviam ser realizadas algumas pregações, conhecemos também os nomes dos pregadores e o preço ou estipêndio pago pela Câmara Municipal do Porto por cada um desses sermões.

<sup>71</sup> Humberto Baquero MORENO, *As pregações de Mestre Paulo contra os Judeus Bracarenses nos fins do século XV*, in «Bracara Augusta», 30 (1), (1976), 53-62. IDEM, *Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV contra os judeus bracarenenses*, in «Bracara Augusta», Braga, 32, (1978), 117-124.

<sup>72</sup> Basílio VASCONCELOS, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*, Coimbra, 1932, 13-15.

Pensávamos dispor de tempo para proceder a esse estudo, centrado na sermonária de Santo António de Lisboa e de Frei Paio de Coimbra, sem dúvida os dois maiores pregadores portugueses da Idade Média, o que efectivamente não veio a acontecer, dado o volume de informações que fomos encontrando e cuja apresentação foi necessário restringir. E não ficamos angustiados por não ser possível dar aqui o merecido relevo à obra parenética escrita, que estes dois eméritos pregadores nos deixaram, embora só em resumos e esquemas, que para eles e para outros utilizadores devidamente preparados eram mais que suficientes, não se devendo estranhar que estes sermões não se apresentem na forma definitiva, como acontece com pregadores dos tempos modernos, bastando citar o exemplo do P.<sup>e</sup> António Vieira, mesmo que se entre em linha de conta com os indispensáveis acabamentos para efeitos de publicação.

Acresce que à obra destes dois pregadores – Santo António, da Ordem de S. Francisco e Frei Paio de Coimbra dominicano – é relativamente fácil ter acesso através dos numerosos estudos dedicados ao primeiro<sup>73</sup>, incluindo a publicação integral dos seus sermões em edição bilingue<sup>74</sup>, bem como em relação ao segundo, embora se trate ainda de estudos parciais<sup>75</sup>, podendo anunciar que os 406 sermões estão transcritos e em condições de ser editados, desde 1994<sup>76</sup>.

Para situar no tempo estes dois religiosos, bastará dizer que Santo António (Fernando Bulhões) nasceu em Lisboa, em 1190, e faleceu, em Pádua, em 1130, sendo canonizado, em 1131. Tendo entrado no Convento de Santa Cruz de Coimbra, da Ordem de Santo Agostinho, quando ali chegaram os restos mortais dos cinco franciscanos martirizados em Marrocos pelo próprio rei Miramolim, sentiu-se tocado pela vocação missionária e partiu com destino ao Norte de África, tendo sido desviado por uma tempestade para a Itália, onde exerceu elevados cargos dentro da Ordem, especialmente o de professor de Teologia, visitador e pregador, tendo, inclusive, participado na pregação contra os Albigenses.

---

<sup>73</sup> Entre muitos outros e como principal entre nós, veja-se Francisco da Gama CAEIRO, *Santo António de Lisboa. Introdução ao estudo da obra antoniana*, vols. I e II, Lisboa, 1967.

<sup>74</sup> SANTO ANTÓNIO DE LISBOA, *Obras completas. Sermões dominicais e festivos*. Introdução, tradução e notas por Henrique Pinto Rema. Prefácio de Jorge Borges de Macedo, vols. I e II, Porto, 1987.

<sup>75</sup> A título de exemplo, veja-se J. G. TUTHILL, *The sermons of Brother Paio: Thirteenth century Dominican Preacher (Sermons in Latin Text)*, Dissert. Univ. of Calofornia, 1982; IDEM, *Fr. Paio and his 406 sermons*, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Porto, I, 1984, 373-370.

<sup>76</sup> Bernardino Fernando da Costa MARQUES, *Sermonário de Frei Paio de Coimbra. Edição e interpretação da estrutura e formas de pregação*, Porto, 1994. (Dissertação de Mestrado em Filosofia, apresentada à Faculdade de Letras do Porto).

Da sua obra, seguramente identificada, ressaltam os setenta e sete (77) *Sermões dominicais e festivos*, sendo sete dedicados a Nossa Senhora.

Quanto a Frei Paio, identificado como o *Pelagius Aprilis Portugalensis*, que, em 1248 assistiu à verificação do testamento de Sancho II, é considerado natural de Coimbra, onde nasceu em data desconhecida, sabendo-se que faleceu depois de 1248 e antes de 1259, altura em que foi copiado em Alcobaça, por Domingos Peres, a pedido do abade de Tarouca, D. Pedro Eanes, o único exemplar conhecido dos seus sermões. A providencial compilação deste sermões que, de outra forma, provavelmente, se teriam perdido, revela o conhecimento e estima que havia da sua obra, ainda em vida e que continuou, após a sua morte.

No processo de organização desta duas colecções de sermões reside a primeira diferença entre elas: os de Sto. António, contrariamente ao que já se escreveu (afirmando-se que teriam começado a ser organizados ainda em Portugal), parece terem sido organizados nos últimos anos da sua vida; os de Frei Paio foram sendo organizado ao longo da vida, pois chega a haver quinze sermões da Assunção de Nossa Senhora, onze da Natividade da Virgem Maria, dez de S. Domingos, etc.

Nuns e noutros é evidente que se trata de tópicos ou resumos, que, além de terem uma função de auxiliares da pregação, disponível ao serviço dos pregadores destas Ordens e de outros que a eles tivessem acesso, parece indiscutível que constituiriam uma espécie de «manual» de oratória, sobre o qual trabalhavam, no período de formação, os futuros pregadores de uma e da outra Ordens.

Sabe-se que nos de Sto. António a estrutura, em princípio era esta: *tema, «protema», divisão, explanação e conclusão.*

Nos sermões de Frei Paio este esquema nem sempre de encontra, podendo servir de exemplo os dois sermões que dedicou a Sto. António de Lisboa.

Na sermonária antoniana dos domingos, os temas são sistematicamente tomados da respectiva liturgia dominical<sup>77</sup>, em especial dos evangelhos e

---

<sup>77</sup> SANTO ANTÓNIO DE LISBOA, *Obras completas. Sermões dominicais e festivos*. Introdução, tradução e notas por Henrique Pinto Rema. Prefácio de Jorge Borges de Macedo, vols. I e II, Porto, 1987. A título de exemplo, veja-se J. G. TUTHILL *The sermons of Brother Paio: Thirteenth century Dominican Preacher (Sermons in Latin Text)*, Dissert. Univ. of California, 1982; IDEM, *Fr. Paio and his 406 sermons*, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Porto, I, 1984, 373-370. Bernardino Fernando da Costa MARQUES, *Sermonário de Frei Paio de Coimbra. Edição e interpretação da estrutura e formas de pregação*, Porto, 1994. (Dissertação de Mestrado em Filosofia, apresentada à Faculdade de Letras do Porto). Agostinho Figueiredo FRIAS, *Lettura ermeneutica deo «Sermones» di Sant'Antonio di Padova. Introduzione alle radici culturali del*

epístolas, o que não acontece com Frei Paio, que recorre a outras passagens da Sagrada Escritura.

Num e noutra, o objectivo é essencialmente religioso e moral, de forma a estimular a relação do homem com Deus, socorrendo-se, no caso de Frei Paio, de alegorias e metáforas, elaboradas a partir de:

- *Motivos animais: Apis dicitur diaboli, Apis natura, Leonis natura, Bestia multiplex, Rana.*

- *Motivos naturais: Ager bonus, aurum, fluminis impetus, fons, granum frumenti, radius solis, sol stelle, tempestas multiplex, Christus flos dicitur...*

- *Outros motivos: cathedra, nuptie anime et Christi,*

- *Metáforas marianas: Domus Dei Maria, Maria Stella, Maria porta, Maria virga, etc.*

Em ambos os casos é notável o recurso à Sagrada Escritura para fundamentar e documentar afirmações. Nos de Sto. António, há também um recurso muito frequente à simbologia dos elementos naturais e aos recursos cognitivos. A tendência a explorar estes aspectos sem tempo para fazer uma reflexão global serena, feita sobretudo por estudiosos oriundos do âmbito da Filosofia corre o perigo de esvaziar estes sermões da sua dimensão espiritual primária.

Tal é o caso da influência ecológica, não faltando até quem já fale numa Espiritualidade Ecológica<sup>78</sup>.

#### 4 – Conclusão

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que também, em Portugal, na Idade Média, houve pregação abundante e diversificada, tendo as Ordens Mendicantes exercido uma acção preponderante neste sector, embora não falem casos de tensões entre as duas Ordens e com outras instituições.

Neste contexto, ergueram-se dois luminares, cujo brilho vai aumentando à medida que vão sendo melhor conhecidos: Santo António de Lisboa / Pádua e Frei Paio de Coimbra.

---

*pensiero antoniano*, Padova, 1995, 76-80. Fr. Paulo Henrique Coelho SOUSA, *Santo António e a Natureza*, in «Itinerarium», Braga, Ano 42, nº 155, Maio Agosto, 1996, 217-264.

<sup>78</sup> Fr. Paulo Henrique Coelho SOUSA, *Santo António e a Natureza...*, ed. cit., 217-264.

Resta-nos formular um voto de que os estudos desta temática se desenvolvam, não só para se conhecer melhor a obra destes e de outros pregadores, mas também para que a *história das mentalidades* e da *espiritualidade* se clarifique, à luz das fontes peninsulares.

José Marques

**Abstract:**

*The present research is an attempt to provide documentary evidence on the expressions and testimonies of preaching among Portuguese ecclesiastical communities in the Middle Ages – agents, possible tensions between those same agents, solutions to overcome the tensions, connections between preaching and politics ... –, and to analyse as well those testimonies first from the point of view of their structures, sources and purposes, then as proposal outline, and finally as memory sermons aiming at educating new preachers. In any case, however, those testimonies will always have to be assessed within their cultural context.*